



**Universidade:
presente!**

UFRGS
PROPEQG

XXXI SIC

CONHECIMENTO FORMACÃO INOVACÃO
Salão UFRGS 2019

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

Evento	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2019
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	Um estudo sobre relações de propriedade da terra: medições e demarcações judiciais, Rio Grande de São Pedro (1768-1822)
Autor	GIOVANE DUTRA ZUANAZZI
Orientador	HELEN OSORIO

Um estudo sobre relações de propriedade da terra: medições e demarcações judiciais,

Rio Grande de São Pedro (1768-1822)

Autor: Giovane Dutra Zuanazzi (BIC/UFRGS)

Orientadora: Helen Osório

Os estudos de História Agrária – preocupados centralmente com as formas de apropriação e uso do solo, com o *status* jurídico e social dos trabalhadores rurais, com as relações sociais de produção, com os "sistemas agrários", suas mudanças e transformações (CARDOSO, 1979) – brindaram o conhecimento histórico com uma série de análises acerca do mundo rural durante o período colonial, não sendo exceção as contribuições referentes ao Rio Grande de São Pedro.

Estes avanços, no entanto, não puderam esgotar questões importantes para a compreensão da história sul-riograndense. Ainda existem perguntas a serem postas, problemas a solucionar e fontes a serem estudadas de maneira mais sistemática e/ou sob outra perspectiva metodológica. Os processos judiciais de medição e demarcação de terras, neste sentido, podem contribuir significativamente para uma melhor compreensão de nossa história, visto que inexistem trabalhos que discorram sobre as mesmas ou que as utilizem como fonte – especialmente para antes da promulgação da lei de terras de 1850.

Além de serem pouco exploradas, as medições possuem um grande potencial. Os processos, abertos pelo Juiz de Sesmarias após uma petição, mobilizavam ao menos um escrivão, um piloto da corda e seu ajudante, os vizinhos do local a ser demarcada, que deveriam ser notificados judicialmente, além do próprio requerente. Em certos casos, quando havia conflito entre partes, podem aparecer depoimentos de testemunhas ou outros documentos juntados. Estes processos podem revelar argumentos e estratégias utilizadas para garantir a posse da terra, descrições das localidades, relações de poder e de conflito, bem como indicam um ritmo de ocupação do território – visto que a quantidade de demarcações cresce com o decorrer dos anos. Estas fontes encontram-se disponíveis no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, totalizando 524 processos para a periodização aqui proposta -- indo do primeiro registro disponível (1768) até a Independência do Brasil (1822).

Realizamos uma análise quantitativa e qualitativa parcial desta documentação, articulando-a com a bibliografia sobre o período, percebendo suas variações conjunturais – se marcadas pela expansão ou retração econômica, se de guerra ou paz, pensando as mudanças dos limites territoriais estabelecidos na época. Com base na análise parcial dos documentos levantados até agora, podemos perceber uma série de demarcações realizadas sem a apresentação da carta de sesmaria ou qualquer outra documentação, revelando importantes aspectos dos costumes vinculados à cultura jurídica e à posse da terra.